

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.244 - MG (2019/0085176-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : JOAO VICTOR PEREIRA MACHADO  
**RECORRENTE** : MARCO TULIO MARINHO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : BARBARA GUILHERME FERNANDES DE SOUZA -  
MG135326N  
ROOSEVELT ROMANHOLO DE SIQUEIRA - MG185128  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOAO VICTOR PEREIRA MACHADO e MARCO TULIO MARINHO DE OLIVEIRA, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS assim ementado (fl. 131):

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO, OCULTAÇÃO DE CADÁVER, RESISTÊNCIA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CORRUPÇÃO DE MENORES. FLAGRANTE. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. EVENTUAIS VÍCIOS SUPERADOS. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. INVIABILIDADE. DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE SOCIAL EVIDENCIADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

- Os pacientes encontram-se custodiados por força de novo título judicial, qual seja, prisão preventiva, o que, ao certo, supera eventual irregularidade ocorrida quando da lavratura do flagrante - A lei processual penal, para fins de prisão cautelar, contenta-se com indícios suficientes de autoria, os quais se encontram presentes no caso em exame, tanto é que a denúncia já foi recebida pelo douto Juízo de origem.

- A gravidade concreta dos fatos em apuração, evidenciada pelo modus operandi empreendido, constitui fundamentação idônea apta a ensejar a prisão cautelar em proveito da ordem pública.

Consta dos autos que os recorrentes foram presos em flagrante em 6/1/2019 pela prática dos delitos dos arts. 121, 211 e 329, do Código Penal, sendo a custódia convertida em preventiva no dia 10/1/2019.

Os recorrentes foram denunciados pela prática dos crimes dos arts. 121, § 2º, I e IV, 211, 329 e 330, todos do Código Penal, 35, da Lei 11.343/2006 e 244-B, do ECA, em concurso material.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, que denegou a ordem.

Daí o presente recurso, em que os recorrentes sustentam, em síntese,

que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que os acusados são primários, com bons antecedentes, trabalho e residência fixa, o que recomenda a substituição do encarceramento por outras medidas cautelares diversas da prisão.

Requerem, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso, concedendo a ordem do *writ* para deferir a liberdade provisória aos recorrentes mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se alvará de soltura para que respondam em liberdade à ação penal contra eles proposta.

A liminar foi indeferida (fls. 467-470).

As informações foram prestadas (fls. 473-503 e 508-511).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo improvimento do recurso em *habeas corpus* (fls. 514-521).

É o relatório.

DECIDO.

Alega a defesa que os recorrentes são primários, possuem ocupação lícita e residência fixa, o decreto estaria desfundamentado, ausentes os requisitos do art. 312, do CPP, razão pela qual pugnam pelo provimento do recurso para que se defira a liberdade provisória aos réus.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva está assim fundamentado (fls. 95-96 e 98):

Conforme narrativas constante do APF, a Polícia Militar durante patrulhamento preventivo, recebeu uma denúncia anônima relatando que na Rua João Antero, altura no número 471, bairro Capitão Custódio, estão residindo 4 (quatro) indivíduos oriundos da cidade de Vespasiano. O denunciante relatou que os indivíduos atendem pelos nomes de Isaack, João Victor, Marco Tulio e Tales Vinicius, e estes estão supostamente cometendo tráfico ilícito de drogas com grande intensidade no local citado, inclusive estando possivelmente sempre armados. Por fim o denunciante relatou que Isaack aparentemente determinou que Tales Vinicius, João Victor e Marco Tulio matassem outro cidadão conhecido como Marlon Vinicius dos Santos Fernandes, e após supostamente terem matado Marlon os suspeitos enterraram o corpo próximo a um matagal.

Consta que ao chegarem a Rua João Antero, para iniciar o rastreamento dos denunciados, os militares avistaram 2 (dois) indivíduos em frente ao endereço citado anteriormente, e ao visualizar a guarnição os suspeitos demonstraram-se nervosos e aumentaram consideravelmente a velocidade

dos passos. Assim mediante a denúncia e a fundada suspeita, os militares realizaram a abordagem, momento em que ambos os indivíduos identificados posteriormente como Marco Tulio e João Victor adentram em fuga, tendo Marco evadido pela rua e João adentrado em sua residência, tendo os militares conseguido capturar ambos os suspeitos. **No momento da abordagem de João, este chegou a desferir vários socos contra os militares, chegando a atingir o militar Wesley.**

**Após a abordagem o suspeito Marco Tulio começou a gritar os seguintes dizeres: "não fui eu quem matei ele". Ao ser questionado pelos militares, Marco Tulio narrou todo o acontecimento que resultou na morte de Marlon. Assim após tal narrativa os militares se deslocaram para o local de onde supostamente o corpo estaria enterrado. Após incansável busca os militares encontraram o corpo da suposta vítima Marlon, em um buraco coberto por terra, folhas e galhos.**

Ressai, do expediente flagrancial, a prova da existência dos crimes e indícios suficientes de autoria, conforme declarações prestadas pelos Policial Conductor, por sua vez, corroborado pelos demais depoimentos das testemunhas.

A par das ponderações supra, a gravidade que se delineia no caso concreto é patente, já sabido que o crime de tentativa de homicídio gera, não só nas vítimas, mas em toda a sociedade, um verdadeiro sentimento de medo e impunidade, **notadamente considerando que os autuados supostamente desferiram um disparo de arma de fogo no rosto da vítima e vários golpes com um pedaço de madeira na cabeça de Marlon, aparentemente por desentendimento em virtude do tráfico de drogas, pelo que se denota que o crime fora cometido com grave violência a fim de ceifar a vida do ofendido a qualquer custo. O que revela a periculosidade dos agentes, pelo que, em liberdade, certamente voltarão a delinquir, vulnerando sobremaneira a garantia da ordem pública.**

[...]

Diante do exposto, atento à manifestação Ministerial de fl. 31/32v., converto a prisão em flagrante de Marco Tulio Marinho de Oliveira e João Victor Pereira Machado em prisão preventiva, nos termos do art. 310, II do CPP.

Face a conversão em prisão preventiva, não se vislumbra, por ora, a necessidade de decretação de outras medidas cautelares.

Expeça-se mandado de prisão, constando prazo de validade o prescricional da pena em abstrato (10/01/2039).

Oficie-se a Autoridade Policial, para que, após lançamento da presente conversão, providenciar a baixa da prisão em flagrante.

Como se vê, consta no decreto prisional fundamento que deve ser considerado idôneo, consistente na gravidade concreta do delito praticado *notadamente considerando que os autuados supostamente desferiram um disparo de arma de fogo no rosto da vítima e vários golpes com um pedaço de madeira na cabeça de Marlon, aparentemente por desentendimento em virtude do tráfico de drogas*, ressaltando, ainda, que tal fato *revela a periculosidade*

*dos agentes, pelo que, em liberdade, certamente voltarão a delinquir.*

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator